

Sarney não recua na

Emenda continua no Congresso, apesar de

APZ
POLITICA

Constituinte

propostas que não agradam



Brossard contra exclusividade

O consultor-geral da República, senador Paulo Brossard, defendeu ontem um Congresso com poderes constituintes, ao encerrar o ciclo de debates que a Comissão Mista encarregada de examinar a emenda do presidente Sarney, propondo a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, promoveu sobre o assunto.

Brossard disse que não há ilegalidade numa assembléia de parlamentares com poderes constituintes, e que sua ação será medida pela qualidade das pessoas que a compuserem, e aí entra o direito de escolha do povo. Na sua opinião, uma assembléia exclusiva não faria um trabalho melhor, sendo mais prático que haja apenas uma eleição.

Ao fim do exercício constituinte, que acredita não ultrapassar seis meses, os parlamentares voltariam às suas funções regulamentares. Enquanto isso, as leis ordinárias (que na sua opinião deverão ser feitas apenas em casos de urgência, uma vez que o País já tem leis em excesso) serão feitas pelo Executivo, através de decretos-leis, e examinadas pelos parlamentares constituintes em apenas um dia.

LEI DE GREVE

Antes de Paulo Brossard, falou na Comissão Mista o presidente da Conclat, Joaquim dos Santos Andrade, que defendeu uma Assembléia Nacional Constituinte exclusiva, mas com a participação apenas de candidatos partidários, e não avulsos, como quer o presidente da CUT, Jair Meneghell.

Joaquim dos Santos Andrade considerou fundamental que os trabalhadores participem da elaboração da nova Constituição, que deve regulamentar as greves, dar plenas liberdades de atuação aos sindicatos. Acrescentou, no entanto, que essas propostas não são fechadas, uma vez que a Conclat ainda não discutiu o tema Constituição, devendo fazê-lo no próximo congresso promovido pela entidade, a realizar-se em Brasília nos próximos dias 4 e 5.

O presidente José Sarney negou, ontem, por intermédio do seu porta-voz Fernando César Mesquita, que esteja pensando em retirar do Congresso Nacional sua emenda de convocação da Assembléia Nacional Constituinte.

— O Presidente nunca pensou nisso — assegurou o porta-voz.

Por outro lado, um ministro de Estado intimamente ligado ao Presidente disse que o Governo não aceitará a aprovação de uma subemenda apresentada pelo deputado Jorge Uequed (PMDB-RS), ampliando o alcance da Lei de Anistia.

Se aprovada, a proposta de Uequed, já encaminhada à Comissão Mista do Congresso que analisa a emenda da Constituinte, permitiria a reintegração de todos os civis ou militares cassados, como se eles jamais tivessem sido punidos.

— Não entendo como um deputado do PMDB, o principal sustentáculo do Governo no Congresso, apresenta uma proposta como essas sem sequer consultar o Palácio do Planalto — reclamou, irritado, o ministro.

Uma alta fonte militar do Governo disse, por sua vez, que as Forças Armadas não têm nenhum interesse em reintegrar ao serviço ativo alguns dos militares cassados. O informante admitiu até a possibilidade de "revisão de alguns casos", mas nunca a aprovação de uma emenda "generalizante".

Atualmente, o número de militares que estaria em condições de retornar à ativa chega a 96. No Exército, retornariam 60 dos 238 oficiais cassados; na Marinha, 14 dos 67, e na Aeronáutica, 22 dos 102. Assim, se for aprovada a emenda Uequed, serão reintegrados 96 dos 407 oficiais punidos.

ANC 88
Pasta 09/85
094/1985

Josaphat destaca soberania

"Um Estado com poder absoluto é incompatível com a ordem democrática", disse ontem o senador Josaphat Marinho, ao encerrar o Seminário sobre Temas Constituintes na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, falando sobre poder nacional, exercício da soberania, divisão, composição e relacionamento dos poderes constitucionais.

Na opinião do presidente da Fundação Emílio Odebrecht, se a nova Constituição pretende estabelecer com segurança o Estado de Direito, os constituintes não devem ter medo de distribuir os poderes, fortalecendo o Legislativo, definindo as funções do Executivo e revigorando o Judiciário para que ele tenha mais agilidade em suas ações.

Josaphat Marinho disse também que os constituintes devem rever a questão do bicameralismo, questionando as funções do Senado que, a seu ver, dificulta a rápida tramitação de projetos. Isso porque, na Constituição atual, há um artigo que diz que os projetos que receberam parecer contrário de todas as comissões será tido como rejeitado.

Em função desse artigo,

que não explica que os pareceres negativos referem-se às comissões da casa de origem, muitos projetos são aprovados pela Câmara e rejeitados pelo Senado, o que Josaphat Marinho considera um absurdo. "Se permanecer o bicameralismo, esse erro deve ser corrigido na nova Constituição", observou.

O ex-senador manifestou-se favorável à manutenção do regime presidencialista da nova Constituição, em virtude do enfraquecimento dos partidos políticos brasileiros. Um regime parlamentarista, segundo ele, se sustenta nos partidos políticos, o que atualmente é inviável no Brasil.

Josaphat Marinho sustentou que a soberania nacional é um atributo do povo, que a exerce através dos poderes constituídos, com representantes eleitos livremente. A nova Constituição deve retomar esse princípio de soberania, criando inclusive o regime de planos para pôr fim ao autoritarismo do Executivo, e estabelecendo sistemas de referendo popular sempre que posições polêmicas tiverem que ser tomadas pela Nação, sugeriu.